

Entrevista de Álvaro García Linera sobre os desafios da esquerda na Bolívia e na América Latina*

DANILO ENRICO MARTUSCELLI**

Apresentação

Nascido em 19 de outubro de 1962, na cidade de Cochabamba na Bolívia, Álvaro Marcelo García Linera sempre procurou articular prática teórica com prática política em sua trajetória intelectual e militante, orientando-se por um renovado marxismo e pelo profundo compromisso político com as lutas dos

* Esta entrevista foi realizada no dia 12 de maio de 2024 na residência de Álvaro García Linera em La Paz na Bolívia, em companhia de Fernanda Franz Willers, e contou com financiamento do CNPq oriundo do projeto de pesquisa “A crise política, a nova direita, o Estado e os conflitos de classes no Brasil”. Transcrição do áudio e revisão textual da entrevista: Elaine Regina Aguiar Amorim, a quem agradecemos pelo rigoroso e minucioso trabalho realizado. Estendemos nossos agradecimentos a Andrés Tzeiman e Francisco Prandi que lograram encontrar soluções para certas partes da entrevista consideradas inaudíveis. Manifestamos nosso agradecimento também ao nosso entrevistado por autorizar a publicação da entrevista, pela simpática recepção em sua residência, pela gentileza de enviar-nos contatos de outras pessoas que entrevistamos e por finalizar a revisão da transcrição, procurando não só trasladar a linguagem oral para a escrita, como também aprofundar e retificar algumas respostas, trabalho este que foi concluído no início de dezembro de 2024. Por fim, não poderíamos deixar de fazer um agradecimento especial a Natalia Romé, pessoa responsável por nos colocar em contato direto com García Linera.

Esclarecemos que a conversa/entrevista teve aproximadamente uma duração total de 3 horas. Na primeira hora não-gravada, García Linera inverteu os papéis de entrevistador e entrevistado e nos indagou sobre os rumos da política brasileira atual. Por isso, ele faz menção na entrevista à minha análise sobre o bolsonarismo. Nas duas horas restantes da entrevista gravada, questionei García Linera sobre a particularidade e os desafios do progressismo boliviano na América Latina e, também, sobre as diferentes fases dos governos do MAS, incluindo o momento resistência ao golpe de Estado e pós-golpe.

** Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Correio eletrônico: daniloenrico@gmail.com

povos indígenas e das classes trabalhadoras. Não por acaso, nos dias de hoje, é amplamente reconhecido como um dos intelectuais e militantes políticos mais proeminentes de seu país e da América Latina.

A militância política de García Linera inicia-se na oposição à ditadura de Hugo Banzer, período em que buscou se aproximar dos reemergentes movimentos indígenas, camponeses e operários mineiros entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Pouco tempo depois, quando foi fazer graduação em matemática na Universidad Autónoma de México (UNAM), estabeleceu na militância estudantil contato com os movimentos guerrilheiros da América Central.

Ao voltar a seu país em meados dos anos 1980, García Linera passou a militar e a atuar na organização “Ofensiva Roja de Ayllus Tupakataristas (ORAT)”, também conhecida mais tarde como “Ayllus Rojos”. Nesse momento, firmou contato orgânico com as lutas e com as lideranças indígenas, camponesas e operárias mineiras, entre as quais se destacava o dirigente indígena Felipe Quispe Huanca (el Mallku). Como desdobramento deste processo de organização, García Linera participou da criação do “Ejército Guerrillero Túpac Katari” (EGTK), cujo objetivo era apoiar a insurgência indígena das comunidades aymaras do altiplano de La Paz. Nessa fase da guerrilha, utilizou o pseudônimo “Qhananchiri” em seus escritos e teses políticas, palavra de origem aymara que significa “aquele que ilumina”. Em 1992, foi preso junto com outras lideranças pelo governo boliviano, acusado de participar da insurreição armada, sendo libertado apenas em 1997.

Ao sair da prisão, organizou o grupo Comuna, em conjunto com Luis Tapia Mealla, Raúl Prada Alcoreza e Raquel Gutiérrez Aguilar, grupo ao qual iria se somar posteriormente Oscar Vega Camacho, com vistas a construir uma trincheira de luta teórica e ideológica contra o neoliberalismo em seu país. Além disso, atuou como professor de Sociologia na Universidad Mayor San Andrés (UMSA), tendo se formado nesta área como autodidata a partir das leituras e estudos que logrou realizar como militante político e no período em que esteve preso. No início dos anos 2000, García Linera participou ativamente das lutas populares massivas contra a privatização da água (2000 e 2001) e do gás (2003) na Bolívia e tornou-se reconhecido nacional e internacionalmente como liderança política e analista político nos debates públicos.

Em 2005, o líder indígena cocaleiro Evo Morales convidou García Linera para participar como vice de sua chapa para a presidência da República na Bolívia. Com os sucessivos triunfos do “Movimiento al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos” (MAS-IPSP) nas eleições nacionais e subnacionais, García Linera projetou-se na cena política boliviana atuando como vice-presidente da Bolívia no chamado proceso de cambio no período de 2006 a 2019. Com o golpe de novembro de 2019, foi forçado a renunciar ao cargo, em

um processo marcado por muita violência política³, e a se exilar primeiramente no México e depois na Argentina nos meses seguintes. Mesmo à distância, García Linera contribuiu para organizar a resistência ao golpe e a vitória eleitoral de Luis Arce nas eleições presidenciais de 2020. Diante da crise recente do MAS-IPSP, envolvendo os grupos liderados por Evo Morales e Luis Arce, ele tem evitado alinhar-se a qualquer um dos lados do conflito por considerar que tal cisão expressa uma “perda de horizonte estratégico” por parte dessas duas lideranças e grupos políticos.

García Linera é autor de vários trabalhos orientados pela teoria marxista que retratam temas como Estado, democracia, capitalismo, revolução, marxismo, indianismo, katarismo, lutas populares, Bolívia, América Latina etc. Além disso, é profundo conhecedor de obras de importantes e destacados pensadores, tais como: Karl Marx, Vladimir I. Lenin, Antonio Gramsci, Louis Althusser, Nicos Poulantzas, René Zavaleta Mercado, José Aricó e Pierre Bourdieu, entre outros.

A maior parte de sua obra pode ser acessada no formato digital na Internet, especialmente no repositório do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e em outras páginas virtuais.⁴ Destaque precisa ser dado à volumosa coletânea “Álvaro García Linera: Para lxs que vendrán - crítica y revolución en el siglo XXI”, publicada recentemente e organizada por Ramiro Parodi e Andrés Tzeiman. Trata-se de obra que reúne artigos, conferências e entrevistas de García Linera do período de 2010 a 2021.⁵ No Brasil, ainda são poucos os trabalhos de García Linera traduzidos para a língua portuguesa e publicados em formato de livro, mas não poderíamos deixar de mencioná-los: “A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia” (Boitempo, 2010); “O que é uma revolução?” (Expressão Popular, 2018); “Tensões criativas da revolução” (Expressão Popular, 2019); e “Qual horizonte: hegemonia, Estado e revolução democrática” (Autonomia Literária, 2022 – juntamente com Íñigo Errejón).

Danilo Enrico Martuscelli: Bueno, yo organicé un poco la entrevista en tres ejes que me interesan más, pero siéntase cómodo para responder o no las cuestiones que tengo a proponerte. Los tres ejes son básicamente tres momentos con dos preguntas disparadoras que tienen que ver con una cierta cronología de los hechos en Bolivia. El primer eje es un poco para pensar la posición de la política del gobierno del MAS en el contexto de la primera oleada progresista. El

3 Há dois documentários disponíveis no YouTube que retratam em detalhes o golpe de Estado deflagrado contra o governo Morales em 2019: *Fue Golpe*, dirigido por María Fernanda Rada, e *Noviembre Rojo*, dirigido por Verónica Córdova.

4 Ver: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/> e <https://www.elcoheteealuna.com/la-biblioteca-prohibida-de-alvaro-linera/>

5 Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/libreria_cm_archivos/pdf_2747.pdf

segundo eje es sobre la crisis de 2019, el golpe del Estado. El tercero eje es sobre el gobierno Arce en la segunda oleada progresista en América Latina.

Empezando por el primer eje, yo tengo acompañado sus producciones sobre lo que son las características más generales de la primera o segunda oleada progresista, pero te pregunto, ¿qué hay de específico en el progresismo boliviano en relación a los demás progresismos latinoamericanos en la primera oleada? En términos de constitución, fuerzas de apoyo, oposición y también en términos de sus límites, errores estratégicos o tácticos. No sé si es muy general, pero ¿lo que hay de específico en Bolivia?

Álvaro García Linera: Yo creo que una diferencia del proceso boliviano respecto a otros progresismos continentales fue el recurrente protagonismo colectivo de sectores populares, campesinos, urbano-plebeyos que, mediante oleadas de acciones colectivas reconfiguraron la correlación de fuerzas políticas, y cognitivas, al interior de la sociedad. Eso tuvo su efecto en la transformación de la relación estatal que sufrió un proceso de campesinización-indigenización de su composición social hegemónica, del relato universal de lo nacional y de la propia gramática de la liturgia estatal. Estos cambios de la composición estatal de la sociedad solamente se logran mediante grandes procesos de acción colectiva exitosos, no derrotados. Es decir, en Bolivia es la acción colectiva la que ha modificado la composición social del Estado de una manera profunda.

No solamente ha habido un recambio de élites gubernamentales, algo común en el continente con las victorias electorales de las izquierdas y los progresismos, sino que, además se ha producido una modificación de la composición social de clase, y de identidad étnica, del Estado al consagrar a movimiento indígena-campesino, como el nuevo núcleo unificador de la sociedad, como la nueva fuente de universales capaces de integrar en su manera de organizar el mundo, a la mayoría de la sociedad boliviana.

Son los levantamientos populares exitosos en sus resultados inmediatos, entre los años 2000-2008, la construcción práctica de un sujeto colectivo liderizando reformas nacionales (el movimiento indígena-campesino), y un cambio en los sistemas de creencias sociales, los componentes históricos que permitieron, a modo de corolario, que un indígena ganara las elecciones el 2005, y se generara un consenso activo para impulsar reformas económicas de envergadura, como la ampliación de la propiedad estatal de recursos naturales, la redistribución mayoritaria de tierras en favor de comunidades campesinas, la internalización del excedente económico en el mercado interno, la distribución de la riqueza, y el ascenso social de mayorías indígenas. Debido a esta intensa acción colectiva, las reformas estatales en Bolivia pudieron ser más profundas.

Por su parte, en el resto del continente, si bien hubo una gran insatisfacción social con las políticas neoliberales desplegadas desde los años 80s del siglo XX, este malestar no se tradujo en intensas movilizaciones sociales capaces de

modificar la ecuación estatal de clases dirigentes, por lo que desembocaron, ante todo, solo en un recambio de élites y reformas moderadas del sistema económico. Y es que la acción colectiva expansiva, el protagonismo social, es por sí mismo, una mutación del liderazgo político, moral e intelectual de las clases sociales de un país. Es un quiebre cognitivo de la sociedad que abandona viejos sistemas de ideas y se abalanza sobre unos nuevos, dando lugar a una reubicación de las clases sociales en la centralidad de la organización estatal, en la producción de la organización de la sociedad y articulación de su horizonte predictivo. Insatisfacción social simultáneamente a acción colectiva exitosa, es la llave que permite transformación de la composición social del Estado. Y creo que eso solamente se dado en Bolivia y en ninguna otra parte del continente.

DM: ¿Ni mismo en Venezuela?

GL: Hubo un recambio de élites, pero no una modificación de la composición social del Estado. En otros casos recientes, los gobiernos progresistas emergentes del malestar social y las movilizaciones se han dado cuando la acción colectiva ya está en declive. Y entonces tienes gobiernos como el de Colombia sin mayoría...

DM: Congresual...

GL: Sin mayoría social y parlamentaria. En Bolivia se pudo alcanzar dos tercios del Parlamento y, sobre todo, una predisposición colectiva a transformaciones en el régimen de propiedad de las más importantes empresas del país. Eso solamente sucede en momentos intensos de acción colectiva que impulsan unas reformas estatales y económicas más profundas y más duraderas.

Ese sería un primer elemento que para tomar en la particularidad boliviana en el marco de un hecho común continental de oleada progresista. Una segunda diferencia es la impronta indígena campesina en el protagonismo social.

Bolivia es un país donde la población campesina aún es elevada, entre un 27 a 30% del total. Quizá Guatemala tenga una proporción parecida. Y esta fuerza campesina no está territorialmente circunscrita a las áreas rurales, sino que tiene un efecto en el mundo urbano de reciente migración al irradiar una cultura agraria en la propia vida cotidiana de las ciudades. Pero, además, al interior de amplios sectores campesinos y urbano populares, la existencia de un movimiento indígena politizado que desde hace décadas se postula como un movimiento político-cultural de mayorías demográficas con voluntad de conducir a la mayoría social; incluso a la parte no indígena.

Una tercera diferencia es que, ya en el gobierno y de manera temprana, se pudo implementar reformas tributarias relativamente audaces, lo que dio sostenibilidad al conjunto de acciones redistributivas. Por ello, se pudo enfrentar, de mejor

manera, la caída de los precios internacionales de los *commodities* en el mercado mundial, que afectaron a todo el continente desde el 2013-2014.

Martuscelli: Bolivia garantizó un crecimiento del PBI más alto que Brasil y otros países, ¿no?

GL: Sí, en promedio el PIB en Bolivia creció el 4,5 % anual durante 13 años seguidos. Se nacionalizaron sectores claves de la economía que generaban excedentes económicos; se elevaron impuestos a empresas extranjeras en minería, hidrocarburos y la banca; se reguló cuellos de botella de las cadenas de valor que otorgaban monopolios de precios a los sectores privados, sin afectar los niveles productivos; se redistribuyó riqueza y se apoyó el mercado interno para mantener el crecimiento. Es decir, se pudo cumplir el trilema de crecimiento con justicia social e inclusión.

En el caso de las petroleras, pasamos del 18% al 70%-90% de *government take*. En el caso de las mineras, pasamos del 7 %-9 % al 35 % el impuesto sobre los ingresos. En el caso de la banca, pasamos del 10 %-12 % al 51%. Entonces, cuando bajaron los precios de los *commodities*, el país resintió el ingreso de recursos, pero esas políticas tributarias relativamente progresivas, básicamente vinculadas al gran capital, al financiero, al minero y al petrolero, permitieron un drenaje de renta que mantuvo la estabilidad en las políticas redistributivas y sostuvo el crecimiento económico.

Estas modificaciones en el régimen de propiedad y de ingresos tributarios ayudó a Bolivia a enfrentar de mejor manera la crisis de precios mundial de los años 2014-2015. En los casos de Argentina, Brasil, Uruguay y Ecuador, esa crisis de precios dio paso a un regreso temporal de gobiernos conservadores. Ciertamente esta resiliencia actualmente ya no es suficiente, por lo que ahora se requiere, además de la redistribución de la riqueza, una modificación del propio sistema de producción de riqueza para darle sostenibilidad en el tiempo a esas políticas redistributivas.

DM: ¿Cómo fue la relación en términos de neutralización de sus intereses o negociación de sus intereses a lo largo de 2008, después de la crisis, hasta 2016, 2017, 2018? Porque hubo un intento de construcción de un foro de concertación nacional; foros de concertación nacional con los sectores cruceños, en algún momento, ¿o no?

GL: Desde el 2010, y tras la derrota del intento de golpe de Estado empresarial-regional del 2008, con una clara regla hacia los empresarios: cero políticas. La filosofía hacia la burguesía fue que hagan negocios; generen ganancia, paguen impuestos, pero dejen los principales centros de generación de riqueza en manos del Estado y no hagan política con el poder de su dinero. El empresariado no puede

tener dos poderes a la vez: el económico y el político. Si lo hace, la democracia degenera en autoritarismo electoral.

DM: Pero había una contradicción entre el público, el Estado y el capital privado, ¿no? A todo momento esa contradicción...

GL: En un primer momento, con el capital privado local, no, porque no nos metíamos en sus negocios. Los regulamos, le impusimos impuestos y dejamos que siguieran trabajando. Las contradicciones, inevitables con el empresariado local eran, en una primera fase, secundarias. En cambio, con el capital extranjero vinculado a mercados externos, estas fueron de inicio contradicciones principales, porque controlaban cerca del 40% de la riqueza del país, lo que convertía la soberanía en una farsa. Ahí desplegamos las contradicciones principales: nacionalizamos la generación y distribución de electricidad, las telecomunicaciones, la producción y procesamiento de hidrocarburos y algunas empresas mineras. Por ello, los primeros meses fueron muy tensos; pero al final se logró unas nuevas reglas de coexistencia subordinada a políticas de Estado.

Con el empresariado local vinculado al mercado interno o de exportación nos metimos cuando comenzaron a usar su poder económico para generar conflictividad política y cambiar el gobierno por medio de un golpe de Estado. Entre el 2007-2008, comenzaron a restringir el abastecimiento del mercado interno para debilitarnos; promovieron corridas bancarias, incrementaron arbitrariamente los precios de alimentos industriales, restringieron el abastecimiento (aceite, arroz, carne, azúcar, etc.). Entonces, a raíz de ese ataque, como gobierno, decidimos meternos en la cadena de valor de algunas empresas privadas de alimentos. No los desplazamos, pero les quitamos cierto poder. Buscamos contraponer al poder concentrado del empresario procesador de aceite, azúcar y carne, el poder del pequeño productor campesino involucrado en la cadena. Por lo general ellos son dependientes de los grandes industriales porque reciben créditos, insumos y están obligados a vender sus productos a bajo precio para pagar sus deudas. Entonces lo que hicimos es mantener la cadena de valor privada, pero potenciar en ella el poder económico del pequeño productor mediante créditos concesionales del Estado, provisión de insumos y tecnología, además de fijación de bandas de precios para que el campesino pueda recibir una mayor porción de ganancia. Con el tiempo, el poder de los pequeños productores agrícolas equilibró la ventaja industrial de los empresarios.

La segunda cosa que hicimos fue limitar la libre importación. Los agroindustriales primero deben abastecer el mercado interno a un precio justo fijado por el Estado y, luego, la mayor parte de la producción, exportar al precio de mercado. Eso nos permitió estabilizar la economía y las relaciones de poder económicos mediante contrapoderes populares regionales. Finalmente, la fuerza económica del Estado no solo es el porcentaje de la economía que controla como propiedad

pública, sino simultáneamente, la fuerza económica propia del bloque social que está como núcleo hegemónico del Estado, en este caso, de campesinos, obreros y comunidades.

DM: Algo similar a las retenciones en Argentina...

GL: En realidad es un control de precios y empoderamiento social. Los empresarios no tendrán derecho a exportar si no cumplen su obligación de garantizar alimento a la población. Entonces cada semestre se reunía el ministro con todos los exportadores de soya y azúcar y les decía: “A usted le corresponde entregar al mercado interno, y a este precio fijo, el 5% de su producción de soya y aceite; a usted el 7%, a usted el 8%”. Nos respondían: “¡Pero en el mercado externo eso vale mil y en el mercado interno lo venderé a 200!”. Si, pero tus costos son de 200, y es lo que estas devolviendo a la sociedad por la energía subvencionada. No se le obligaba a perder, sino a contribuir a la estabilidad de precios. Y ante cualquier negativa, simplemente se le limitaba su autorización a exportar. Intentaron un golpe de Estado, fracasaron y al final se fueron acostumbrando. Con todo ello, se logró no interferir en la actividad privada, pero se la reguló en función de abastecer primero el mercado interno, y luego recién exportar. Esa política la implementamos ante el hecho de que el Estado no va a producir soya. Intentamos producir soya, pero el Estado es muy pesado y aquellos gestores que aprenden a articular la producción campesina, con el tiempo son removidos, desmoronándose todo. Por ello optamos por una acción de pinza: desde “arriba”, el Estado regula la exportación y el mercado interno. Desde “abajo” los trabajadores y pequeños campesinos amplían su poder económico de negociación frente a los grandes propietarios. Hay ciertas actividades que el Estado no debe ni puede hacer, y lo mejor es desplegar lucha de clases en las distintas cadenas de valor de la economía, como el modo más eficaz socialmente de regulación.

DM: En Brasil hay desde 1996 una ley, que se llama Ley Kandir, que no se pone impuestos sobre la exportación. No existe ningún impuesto sobre las exportaciones de los productos in natura, porque los procesados sufren algún tipo de imposición.

GL: Nosotros no nos peleamos con eso, porque en esos años preferíamos este impuesto indirecto mediante la venta de parte de su producción agroindustrial a precio subvencionado al mercado interno. Sobre eso, aumentar más impuestos nos hubiera llevado abrir otro frente de lucha junto al de las empresas extranjeras. Preferimos postergar esa batalla. Las nacionalizaciones e impuestos elevados al capital extranjero permitieron que durante un poco más de una década se contarán con recursos que permitieron hacer crecer la economía, sacar al 30% de los bolivianos de la pobreza y construir toda una nueva infraestructura de servicios

públicos, derechos, salud y educación. Pero ahora si se necesita elevar el pago de impuestos de la agroindustria.

DM: Pero hay también un conflicto en términos de autonomía separatista, que es histórico en Bolivia, y atravesó también la coyuntura de la primera oleada, creo que hasta ahora. Me refiero al reintento de los sectores subnacionales, especialmente en Santa Cruz, de garantizar mayor aporte financiero resultante de los tributos. ¿Eso también fue un proceso que generó conflictos con el gobierno, no?

GL: Ellos buscaron recuperar el poder perdido, y deshacerse del control de las exportaciones. Desde entonces hasta hoy es su objetivo. Durante décadas ellos gobernaron el país, definieron todas las leyes, se distribuyeron como patrimonio familiar las tierras fiscales, eran los diputados, los senadores. El 2005 pierden el control del Estado y pierden las elecciones. El movimiento popular reorganiza el poder de Estado. Desde ese momento, no se expropia a la burguesía local, porque no había ningún movimiento social laboral dirigido a eso, pero se les cierra la disposición gratuita de tierras fiscales, se les regula las exportaciones y se refuerzan factores de contrapoder popular local o regional. Ciertamente era un golpe duro, pero no de vida o muerte. Intentaron recuperar el poder por vías no democráticas. Fracasaron y, al menos por una década, hasta el 2019, se acomodaron a las nuevas reglas del poder social.

El 2008, impulsaron un Golpe de Estado, se sublevaron en las regiones, ocuparon y quemaron instituciones. Nosotros aguantamos, resistimos y, luego, los apretamos y los derrotamos. El 2019, con la experiencia del 2008, lo hicieron distinto y tuvieron un éxito temporal. La diferencia fue que el 2019 las Fuerzas Armadas se sumaron a ellos y eso desequilibró todo. El 2008 no. El 2008, las Fuerzas Armadas no hicieron nada: ni nos defendieron, ni apoyaron a los otros. Y con eso, fue suficiente para derrotarlos. Pero en 2019 las FFAA se inclinaron del otro lado y, en medio de masacres de campesinos y pobladores urbanos, lograron imponerse por un año. Pero el año 2020, nuevamente volvieron a perder en las urnas porque no habían recuperado el poder de Estado, que no es el gobierno, ni siquiera el mando de la fuerza coercitiva, sino el monopolio del horizonte predictivo y la disponibilidad social.

DM: Con eso entro en el segundo eje que tiene que ver justamente con eso. Porque un poco de lo que hablamos antes sobre el caso de Brasil, acá en Bolivia no hubo una confluencia entre una crisis política y una crisis económica que crea una relación explosiva, que me parece que fue lo que ocurrió en Brasil y lo que permitió la emergencia de la alternativa a los partidos tradicionales, el propio PT, el fenómeno del bolsonarismo. Entonces una crisis contamina a la otra y sus efectos son desconocidos. Ahí pregunto un poco sobre ese tema de la autonomía del político, del simbólico, que tiene que ver con esa relación racista, que es también

una relación antipopular, pero intentando explicar un poco las causas y la naturaleza de la crisis de 2019, ¿cuáles son sus particularidades? Sí, hay la cuestión de los militares que se desvinculan del gobierno, por otro lado, hubo un problema relacionado a los referendos de 2016, que creó una posibilidad, una oportunidad, tal vez, para los sectores reaccionarios, los sectores de las clases medias junto con los sectores de la burguesía privada de confiscar la agenda de la democracia y apuntar el MAS como representación del autoritarismo. Creo que ese discurso “MAS es el autoritarismo, nosotros somos la representación de la democracia”, tiene algún impacto también en el proceso de las elecciones de 2019 por cuenta del tema del fraude electoral. ¿Cómo piensas las causas y la propia naturaleza de la crisis de 2019?

GL: Te respondo comentando tus reflexiones sobre por qué surge el bolsorismo. Lo que yo he aprendido es que siempre hay una causa económica que dinamiza la eficiencia de lo político. Siempre. Lo político tiene “vida propia” o autonomía en los momentos de estabilidad económica y, aun así, esa vida propia, se soporta sobre el hecho de algún tipo de desarrollo económico que goza de la conformidad activa o pasiva de la mayoría de la población. Y es ese mismo hecho de estabilidad económica el que delimita el campo, infinito pero acotado, de acciones políticas permitidas para la continuación de esa estabilidad. Siempre hay elementos económicos que vuelven algo, antes no relevante, no eficiente, en un hecho eficiente. No se trata de un determinismo mecánico, sino de un soporte material que delimita espacios, infinitos pero acotados, de posibles cursos de acción eficientes de política.

El discurso de las redes, por ejemplo, tiene una eficiencia que no depende de sí mismo. Uno puede decir mil cosas en un momento de estabilidad, bienestar y no pasa nada. Un discurso de odio en las redes en momentos de malestar y disponibilidad cognitiva tiene eficiencia. Se trata de la clásica pregunta: ¿por qué se rompe un vaso cuando se le tira una piedra? ¿Por obra de la piedra que tiramos? ¿O es porque el vaso se puede romper? El vaso se rompe porque es rompible y la piedra solo gatilla su naturaleza rompible; igual con la política. En el caso del golpe de Estado en Bolivia del 2019 hay dos elementos económicos que ayudan a entender la eficacia del discurso político y las acciones políticas que desplegaron los golpistas. Entre paréntesis me estoy peleando con el análisis del discurso y con lo que consideran la política como una mera querella de narrativas. Para esta mirada “discursivista”, la política se reduce a que nos inventemos una nueva narrativa y listo, *voilà*, ya está un nuevo sujeto o un significante vacío movilizador. Pero entonces deberíamos tener quiebres políticos de envergadura cada vez que a un intelectual se le ocurre una narrativa mientras toma apaciblemente un café. Y eso no sucede. Una narrativa se vuelve eficiente en un momento y en otro momento es irrelevante. Milei hace diez años era un papanatas. Milei con inflación del 150% es otra cosa muy distinta.

Entiendo que al interior del marxismo el apego a las teorías del discurso fue una cuerda a la cual asirse en momentos de derrota histórica. Pero la historia real y los cambios sociales tienen otra gramática.

En el caso de Bolivia hay dos elementos que hay que tomar en cuenta para comprender qué pasó el 2019. En primer lugar, un naciente deterioro de nuestro modelo económico. No de agotamiento, pero sí de cumplimiento, lo que exigía un relanzamiento mediante reformas de segunda generación. Desde el año 2018, el crecimiento económico comenzó a declinar en cámara lenta; las reservas internacionales iniciaron un gradual retroceso y el Estado empezó a ceder gradualmente su empuje inversor. De 1.600 millones de reservas internacionales al momento de asumir el gobierno, subimos a 15.000 el 2014, pero el 2019, bajamos a 9.500. Los ingresos estatales por la venta externa de hidrocarburos, que habían llegado a su máximo a 4.500 millones de dólares el 2015, para el 2019 cayeron a 3.300. Igualmente, el crecimiento del PIB pasó de 4,5 % a poco más de 3,5%. Entonces de manera marginal, los síntomas de un deterioro económico comenzaban a manifestarse. Todo modelo económico tiene fases, y estaba claro que estábamos llegando al final de la primera fase y había que pasar con audacia, como se lo hizo el 2006, a la segunda fase expansiva del modelo de desarrollo.

Un segundo elemento, el decisivo, es que todo proceso real y material de igualdad genera una reacción opuesta. La igualdad tiene un costo social. El costo social es el resentimiento de los igualados. Y es un hecho económico con efectos políticos y morales. En Bolivia, cuando las clases medias profesionales tradicionales, portadoras de una autoidentificación étnica diferenciada de la mayoría de la población, ven que sus ingresos mejoran, pero a una velocidad menor que la mejora de las condiciones materiales de vida de las clases populares, indígenas-campesinas, lo que se despierta en ellas no es un entusiasmo por la igualación creciente, sino un temor y resentimiento. Y si además, lo que hasta entonces desempeñaba el papel de un secular beneficio de estirpe o un “mérito” de origen, la blanquitud, ahora es un obstáculo para acceder a cargos públicos y contrataciones de obras, entonces el resentimiento devine en racial y la igualdad se les presenta como una amenaza existencial. Eso se manifestó en el golpe de Estado del 2019.

En Bolivia, en 13 años, el salario mínimo subió de 40 dólares al mes el 2005, a 310 el 2019. En tanto que el salario medio profesional, pasó de 350 a 500 dólares en el mismo tiempo. La situación de las clases medias profesionales no empeoró. De hecho, mejoró; pero la velocidad de mejora de las clases populares fue mayor y, al hacerlo, el prestigio, las distinciones de clase media se devaluaron. Los barrios de las clases medias de las ciudades, donde antes solamente vivían familias tradicionales de hace 50 o 100 años que se conocían entre sí, comenzaron a llenarse de nuevas clases medias plebeyas, indígenas, de contrabandistas, de comerciantes exitosos, de funcionarios públicos que vienen del campo y que ahora reciben un salario de 2000 dólares y pueden alquilar o comprar esas casas, etc. Igual en los colegios, los supermercados, los viajes en avión, los lugares de distracción

y las universidades privadas. Los espacios de distinción, de diferenciación y de jerarquización de las clases medias tradicionales, al masificarse por el ascenso de sectores populares con ingresos medios, entraron en un inevitable proceso de devaluación económica y social.

Pero, además, acuérdate de la reflexión que hace Gramsci sobre la irradiación del Estado en la sociedad a raíz de donde se recluta la burocracia. Para Gramsci era el principal factor de irradiación del Estado en la sociedad. Pero resulta que la gente que era reclutada para la función pública (diputados, senadores, ministros, funcionarios públicos, diplomáticos, gerentes de empresas, dueños de empresas que abastecen de servicios al Estado, etc.), siempre provenía del entorno de las clases medias tradicionales: y de pronto, a partir del año 2006, ellos son empujados por un torbellino de indios y plebeyos que ocupan la mayoría de las instalaciones públicas que, además, de un Estado que ha pasado rápidamente de controlar el 13 % del PIB al 40 % acelerando los mecanismos de movilidad social. Desde entonces, hasta el día de hoy, entre el 55 y el 60% de los diputados y senadores son de origen indígena, sindical o barrial popular. Un presidente indígena-campesino, un canciller campesino, una ministra de Justicia empleada del hogar. En Bolivia, y otras partes del mundo, la trabajadora del hogar es una señora que viene del campo y que tiene un cuarto del tamaño de una ratonera para vivir, para dormir. Pues ahora aparece como la ministra de Justicia, o la embajadora en París. Todo eso es una locura para el orden moral del mundo de las clases medias tradicionales.

Más allá de lo simbólico, es el retrato de un auténtico cataclismo social en las estructuras estatales que comienzan a ser ocupadas, dirigidas y utilizadas por los que hasta hace poco eran mudos votantes que elegían entre cuál de los familiares del patrón iba a ser senador o presidente. Una síntesis expresiva de esta plebeyización de las estructuras del Estado es la manera en que se modificaron las liturgias estatales de elección de generales de las FFAA. Hasta antes de la presidencia de Evo, los generales esperaban ansiosos la llegada de la celebración de la fiesta nacional de EEUU en su embajada y, sobre todo, las invitaciones que esta embajada mandaba a políticos, empresarios y militares. Si un general recibía la invitación, significaba que era apto para postular al mando superior. La invitación a la residencia norteamericana era como la bendición suprema para consagrar la carrera de políticos, oficiales y empresarios. A partir del 2006, esto cambió radicalmente. Era, y es gracioso ver ahora a los generales desfilar por pasillos congresales, porque es el senado el que aprueba los asensos, ataviados de archivos con sellos y notas de recomendación de sindicatos agrarios, confederaciones obreras o juntas vecinales. Es la nueva correlación de fuerzas estatales que han colocado como núcleo articulador de la sociedad, y referencia simbólica del poder, a los sindicatos y comunidades.

Paralelamente a la devaluación de la posición social de clase media tradicional, también hubo necesariamente una devaluación de su capital étnico frente a la emergencia de la indianidad.

Claro, la racialización de las relaciones sociales no es un tema meramente simbólico o moral de discriminación. La etnicidad que ante todo un hecho económico que permite a las personas que el color de la piel blanqueada, un apellido extranjero, un linaje y una tradición sea jerarquizada en el mercado de oportunidades laborales, crediticias y políticas; en tanto que un color de piel cobrizo o negra, un apellido indígena o una vestimenta popular marginen o devalúen a las personas que los exhiban frente al espacio de oportunidades de ascenso social. Ciertamente el dinero, los vínculos sociales o la educación son elementos que regulan los asensos o descensos sociales, pero la etnicidad también interviene, facilitando o colocando nuevos obstáculos a la movilidad social. En todas las sociedades del mundo, la etnicidad es un bien social, un mérito, o demérito, de la composición de clase de las personas y, según los contextos, es posible hallar una tasa de intercambio entre la etnicidad y las otras formas de bienes económicos que encrasan a las personas.

Con el ingreso de las clases indígena populares a la gestión del Estado, la pseudo blanquitud imaginada de las clases medias tradicionales sufrió una terrible devaluación, porque es evidente que, en el contexto de indianización del Estado y la sociedad, en la posibilidad de acceder a cargos públicos o a contrataciones estatales de empresas, va a importar más la activación de redes sociales campesinas, sindicales o indígenas que la exhibición de apellidos extranjeros o el color de piel blanqueado. Y claro, no hay nada más moralmente naturalizado entre las personas que las diferencias de piel en el orden jerarquizado del mundo. Y cuando eso colapsa, como sucedió en Bolivia desde el año 2006, para los que pierden su privilegio, es como si la civilización misma se derrumbara, dando lugar a un tipo de resentimiento racial frente al mundo indígena.

Este resentimiento racial de las clases medias tradicionales, emergente de la devaluación de su linaje por obra de las políticas de igualdad social del gobierno, ha sido el gran caldo de cultivo de una movilización social contra la igualdad el año 2019. Se trató de una auténtica sublevación contra la igualdad social, buscando restaurar las viejas jerarquías raciales en el Estado. Pero también de una rebelión contra la democracia, pues si bien reivindicaban el reconocimiento de los resultados del referéndum de 2016 en contra de la reelección, no dudaron en alentar la quema de sedes sindicales, la quema de la bandera constitucional de los pueblos indígenas, de justificar a nombre de un “castigo bíblico” las masacres de indígenas en Sacaba y Senkata. Incluso llegaron a masificar “círculos de oración” alrededor de los cuarteles militares para que los militares rompieran la democracia y no se permita el acceso al gobierno al MAS, el partido del movimiento indígena-campesino que nuevamente había vuelto a ganar las elecciones el 2020 con un 55% de los votos.

DM: ¿Acá no hubo un proceso de interdicción de expectativas, por ejemplo, de sectores que pasaron a hacer parte de las clases medias, no la tradicional, pero

las nuevas clases medias? Por ejemplo, en Brasil, mucha gente pasó a frecuentar a las universidades por cuenta de la política de cupo, por cuenta de políticas también de incentivo al ingreso a la universidad, pero cuando salían de la universidad no encontraban el empleo que esperaban, o que correspondían a su profesión. Por ejemplo, personas formadas como abogadas, médicos... no encontraban empleo con salarios correspondientes a sus expectativas. No sé si eso también ocurrió en Bolivia.

GL: Más lentamente, porque el acceso de los sectores populares a las universidades, lento y lleno de obstáculos de años anteriores, en la última década se disparó, dando lugar a una masificación de las universidades públicas.

Sin embargo, ocurrió algo curioso. Los sectores populares emergentes también acudieron a las universidades privadas, último refugio de privilegio de las clases medias tradicionales. En todos estos casos de acercamiento a los espacios de privilegio, hay una expresa intencionalidad de los sectores populares emergentes de asumir y adaptarse a la cultura dominante, y a los desprecios dominantes hacia los subalternos. Pero, las clases medias tradicionales en vez de incorporar y hegemonizar a estas nuevas clases medias populares arribistas, lo que han hecho es encapsularse aún más, es decir, excluirlas de sus círculos, creando nuevos espacios de distinción, renunciando en ello, a la eficacia hegemónica de la inclusión. Peor aun cuando las condiciones materiales de su condición social de clase media están en decadencia y su única salvación sería fusionarse con las clases medias ascendentes. Por eso también se han vuelto violentamente autoritarias, pues es en la violencia la única manera que les queda para parar su decadencia e intentar reconstruir sus antiguos privilegios.

Ahora, el tema de si la educación es una palanca eficaz de movilidad social ascendente, claramente no. No solo ahora, sino desde de tiempo atrás. Y en casos, los títulos académicos desempeñan el papel de ritual social de movilidad social ascendente. Lo que los datos muestran es que la educación impide caer a escalones de ingresos más bajos. Pero el ascenso social viene por el desempeño en otras actividades laborales: comercio, transporte, agricultura comercial, actividad minera informal. Y, recientemente para sectores populares, de la actividad política, nacional y local. De hecho, no es raro ver que, para la nueva generación de dirigentes sindicales y comunales, la militancia social sea sumida expresamente como una apuesta de ascenso social.

DM: ¿Fueron creadas cuántas universidades?

GL: Se crearon tres universidades indígenas, pero lo que tuvo más impacto fue que las universidades públicas.....

DM: Fueron expandidas...

GL: Se expandieron. El número de inscritos, y poco a poco, de graduados se duplicó en pocos años. A raíz de los procesos de nacionalización que ataron la recepción de nuevos ingresos de las universidades a la exportación de gas, el presupuesto universitario se triplicó. Entonces pudieron construir edificios, talleres de investigación, ampliar el cupo para el ingreso, contratar más trabajadores, más profesores, etc.

DM: La composición de la Suprema Corte también tiene que ser aprobada por la Asamblea, ¿no?

GL: En un principio sí, y ahora después de una preselección, son elegidos por voto popular. Y en ambos casos, se trastocó radicalmente los mecanismos de selección meritocrática.

DM: ¿Se democratizaron?

GL: Claro, en un principio, cuando los “méritos” estaban atribuidos únicamente a la posesión de maestrías, doctorados o seminarios, era claro que los sectores populares profesionales estaban excluidos de esos “méritos”, pues durante décadas habían sido centralizados por las clases medias tradicionales poseedoras de recursos para posgrados o, de contactos para becas en el extranjero. Entonces equilibramos el repertorio de méritos para incorporar profesionales de origen popular, campesino e indígena. Para la suma general de méritos, además de los exámenes con tribunales, incluimos que una maestría “vale” lo mismo que saber hablar aymara, un idioma indígena. La publicación de un libro “vale” lo mismo que haber defendido a un sindicato obrero o campesino, etc. Creamos una escala ampliada de méritos, que valoren lo plebeyo hasta que, con los años, los jóvenes profesionales indígenas y populares también vayan accediendo a los méritos académicos de posgrado. No hay méritos universales. Siempre existen condiciones de producción social, y de clase, de los méritos.

DM: Cuando hablaste de las condiciones del golpe del 2019 y de los círculos de oración: ¿Cómo entró ese elemento religioso? ¿Entró solo en el proceso del golpe o venía se acumulando? ¿Cómo es la posición de los evangélicos cristianos conservadores?

GL: En Bolivia, si bien hay un gran avance de los evangélicos, el catolicismo sigue siendo la religión mayoritaria y, lo que he venido estudiando, es un sistemático proceso de politización conservadora de jóvenes de clases medias a la cabeza de la iglesia católica.

DM: No populares...

GL: No populares, aunque están comenzando a entrar. Los llamados “círculos de oración” son el nuevo espacio de penetración política de la iglesia católica entre la juventud. Los círculos de oración son comunidades urbanas, juveniles cobijadas por las distintas parroquias barriales de las ciudades y que regularmente se reúnen para organizar acciones de solidaridad, realizar actividades culturales locales, leer la biblia y, sobre todo, hablar de los riesgos a la fe promovida por gobiernos izquierdistas, por corrientes marxistas o indianistas, etc. La jerarquía de la iglesia católica en Bolivia ha abandonado la opción preferencial por los pobres. Es una iglesia muy conservadora y muy vinculada a los poderes económicos oligárquicos; desde hace 20 años ha ido creando estos círculos de oración que son toda una moda juvenil, tan populares como el Whatsapp. Esa fue la estructura de movilización durante el golpe de Estado del 2019.

DM: Lo mismo que pasó en Brasil. ¿Hay una disputa, entonces, en términos del sentido del pueblo-nación, lo que es la configuración del pueblo-nación?

GL: Si lo ves así, estas fuerzas conservadoras tratan de crear una nuevo “pueblo”; ya no plebeyo, indígena, plural, sindicalizado y comunal, que lo asocian con el ateísmo, la idolatría y el salvajismo. Ahora invocan a un pueblo blanco, católico, conservador, ordenado por el mercado. Y en la medida en que el discurso religioso es dualista, le resulta fácil justificar la expurgación de los “infieles” portadores de todos los estigmas de la negatividad.

DM: Sí, en ese sentido que hablo, porque creo que en el Estado capitalista tiene que hablar el lenguaje del pueblo-nación, en términos, un poco, de Poulantzas nuevamente... la ideología del pueblo-nación.

GL: Lo que pasa es que esta derecha, por su impronta racista, le resulta incómodo interpelar a la mayoría popular; le cuesta desprenderse de su ropaje colonial y civilizador, y opta por una lectura de las “dos repúblicas”: la de “ellos”, occidental, católica, pulcra, jerárquica, autoritaria, patriarcal, blanca, Y la de los “otros”, el resto, india, peligrosa, irracional, alcohólica, sucia, idólatra que, cuanto más distante mejor: si son indios, en el campo; si son pobres, en sus barrios periféricos; si son indios con dinero, en sus barrios pintorescos. En algunos países, si son migrantes, en su lugar de origen. Por eso, las clases conservadoras no han podido producir hegemonías duraderas pues tienen un comportamiento esquizofrénico: imaginan y le hablan a un país “occidentalizado” que no existe, pero usufructúan de un país real al que desprecian.

DM: Pero cuando desea eliminar indígena, desea poner afuera a los campesinos, los indígenas, ¿no está construyendo ese nuevo sentido?

AGL: Hay intentos. En Bolivia, al igual que en Brasil, las fuerzas conservadoras se arropan en la bandera, la tricolor. Constantemente reivindican lo “nacional” frente a la bandera de los indios, “ese trapo sucio de muchos colores”. Pero es un intento de universalismo selectivo. A los indios que apelan, son al indio de servidumbre o de postal, que debería quedarse fosilizado en sus parajes a modo de curiosidad ecológica para el turista extranjero. Hoy, como antes, su “republica” es ellos mirándose en el espejo.

DM: En esta mirada, quiénes generan supuestamente los conflictos es la izquierda...

GL: Son los no “creyentes, los que están con el “maligno”. El discurso de derecha religioso es un discurso de castigo y de diferenciación entre creyentes e infieles. A los infieles que no están con dios hay que exterminarlos, hay que acabarlos o, por lo menos, arrojarlos a los márgenes de su mundo.

Frente a esta manera cuasi religiosa de movilización de las clases medias enfurecidas, cuando lo nacional-popular entra en acción, como movimiento social, siempre es igualitario, incluyente. Lo popular en estado de protagonismo colectivo siempre emerge igualándose con los demás e incorporando al diferente. Incluso en el caso del movimiento indígena, su planteamiento no es la expulsión del no indígena, sino la convocatoria a vivir juntos, pero a la manera en que vive la mayoría. Se trata de un tipo de igualitarismo inclusivo radical. Es el arquetipo de la rebelión india liderizada por Túpac Katari contra la corona española. Al sublevarse contra las cargas coloniales, les habla a los españoles y les dice, “oigan vengan, sean unos indios blancos, trabajen la tierra y quédense con nosotros”. Es decir, pese a los siglos de oprobio y explotación, la ruptura de la dominación es la integración de las minorías a la mayoría. En el movimiento indígena no hay un juicio racial sobre las capacidades de los no-indígenas, sino una ética del trabajo similar como acceso al reconocimiento. De la misma manera, los levantamientos populares e indígenas del 2001, del 2003, del 2005, plantearon la plurinacionalidad como una manera flexible de integrar en condiciones de igualdad individual y colectiva a indígenas y no-indígenas. En cambio, el discurso subyacente de la derecha global no busca igualar a los miembros de un país, sino juntarlos jerárquicamente en sus diferencias. Y para legitimar esas jerarquías necesita crear escenarios de castigo, de sanción al “infiel”, al igualado, al revoltoso, al comunista, a la feminista, a los diferentes.

DM: Pero en el caso de comparación con Brasil, dónde los evangélicos tienen una fuerza popular, la dinámica en Bolivia es diferente, ¿no?

GL: En Brasil la dinámica es diferente, solo que, a lo que tú me explicabas yo añadiría lo siguiente pregunta que obliga complejizar el tema del surgimiento

de las extremas derechas: si el bolsonarismo emerge en un momento de repliegue y de debilidad del movimiento social ¿por qué no surgió el bolsonarismo en los años 90 que estábamos en repliegue y debilidad social? No era necesario.

DM: Creo que hay una cuestión...

GL: Son diferentes.

DM: Creo que hay una cuestión importante, porque hubo en los 80 un movimiento...

GL: En los 90...

DM: Antes, en los 80, hubo una construcción de la democracia, movimientos de huelgas, movimientos de defensa de las elecciones, que creo que impactó el proceso político. Entonces, no se podría hablar directamente el lenguaje del autoritarismo en el contexto dónde se construyó la democracia con fuertes movimientos en las calles.

GL: Sí, yo creo que fue en todo el continente y también acá, pero en los 90 no. Los tiempos de Cardoso no son de gran movilización social.

DM: Sí, no son. Solo hay el caso del MST que surge...

GL: ¿Por qué no surgió ahí el bolsonarismo? Si no es suficiente un momento de debilidad. Yo creo que hay que incorporar otros elementos. La emergencia de los progresismos latinoamericanos y, luego, de los progresismos y autoritarismos en el mundo durante estos últimos 20 años es el resultado de un declive hegemónico, del lento ocaso de la manera globalista de la acumulación económica y la ausencia de “un nuevo” modelo de acumulación y legitimación. Este tránsito entre un ciclo que se va cerrando, y uno que aún no aparece, es “el interregno” de Gramsci; yo le llamo “tiempo liminal”, porque permite entender cómo es que el tiempo social, el horizonte predictivo de la sociedad, queda suspendido, en medio de una vorágine de divergencias de élites, incertidumbres existenciales, desencantos, pasmos colectivos atravesados de entusiasmos evanescentes. Es el cansancio del viejo sistema de creencias y la fugacidad de los intentos de nuevos sistemas de creencias que buscan reemplazarlo.

DM: Pero hay una diferencia, ¿no?

GL: Pongo en consideración un elemento más. Las extremas derechas, que incuban en la vida política de las sociedades, se potencian en los momentos limi-

nales de la historia, es decir, en los momentos de transición de un ciclo económico de acumulación y legitimación a otro. Sucedió en el tiempo liminal de los años 1920-1940, que marco el tránsito del ciclo liberal (1870-1920) al ciclo del Estado de bienestar o desarrollista (1940-1980). También en el tiempo liminal de los años 1970s, que separó el Estado de bienestar-desarrollista del ciclo neoliberal (1980-2010). Y hoy, estamos nuevamente en un momento liminal (2010...). En los tiempos normales del ciclo económico y de legitimación, la extrema derecha existe, al igual que las izquierdas revolucionarias, pero son débiles, marginales; en tanto que todo el arco político de centroizquierda y centro derecha es devorado por el “extremo centro”. Son los tiempos de la historia previsible que cohesiona la tolerancia moral los dominados hacia los dominantes, y de las distintas facciones relevantes de los dominantes.

Pero en el tiempo liminal, con declive económico, desaceleración del crecimiento, y el malestar social, todos estos consensos estallan, las fracciones dominantes se separan y pelean entre sí. Las conformidades colectivas se fracturan, al igual que las alianzas políticas. Cada cual busca su propio camino: unos insisten en mantener las cosas como están. Otros buscan radicalizar las acciones y usar la autoridad para poner en regla a los culpables (obreros exigentes, mujeres emancipadas, migrantes del sur, indígenas insumisos, etc.), para volver al viejo orden. La sanción a los infieles” y no el convencimiento es el nuevo espíritu antidemocrático que abraza esta derecha extrema. Y es también el momento en que las izquierdas, por lo general marginales e inofensivas, encuentran un terreno fértil en las predisposiciones colectivas a revocar viejas creencias, para impulsar sus propuestas y opciones de poder, dando lugar a las distintas variantes de progresismos y gobiernos de izquierda.

Ahora, este potenciamiento de las extremas derechas, en los tiempos liminales, tiene un curso paradójico pero real: se refuerzan y expanden tanto ante los éxitos económicos de las izquierdas gubernamentales como ante sus fracasos y frustraciones.

Como lo vimos en Bolivia, el éxito de un programa de izquierdas en comenzar a desmontar el racismo estructural contra los indígenas, de mejorar sustancialmente las condiciones de vida de las mayorías laboriosas (el 30 % de la población salió de la pobreza en una década), genera movimientos antiigualitarios de resentimiento que le dan a las extremas derechas una base social movilizada afincada en las clases medias tradicionales. Pero a la vez, la frustración de los sectores populares ante políticas públicas de gobiernos progresistas que empeoran las condiciones de vida (inflación, caída del salario, etc.), también fortalecen y convierten en opción de poder a las derechas extremas. Es el caso de Milei en la Argentina.

En el tiempo liminal, solo en él, hay como una determinación que lleva a que, haga lo que haga la izquierda activa, ya sea en el gobierno o en la oposición, la extrema derecha va a crecer con esas acciones de su adversario. Ya sea como resistencia, ya sea como frustración. Lo inverso no siempre es cierto. Son los efectos

de un campo político estructuralmente inclinado hacia políticas conservadoras que obliga a cualquier proyecto de izquierda a un esfuerzo doble, respecto a lo que hacen sus adversarios, y a tener siempre que empujar incluso para querer quedar quieto en sus logros.

Ya sea que la izquierda tenga éxito en las políticas redistributivas en favor de los más necesitados, o que fracase en ese intento, habrá una extrema derecha que se agranda metabolizando esos resultados. Como lo demuestra el surgimiento del fascismo hace 100 años atrás, las izquierdas siempre tienen una cuota de responsabilidad por la presencia de las derechas extremas. Las izquierdas y progresismos no pueden levantar las manos y desentenderse de los acontecimientos. En política revolucionaria no hay impunidad ante la historia, y más aún en momentos en que esa misma historia ha abierto las puertas a las izquierdas para dejar la marginalidad y pugnar por la conducción de los destinos colectivos.

Lo que ella que tiene que hacer no es driblear el encuentro con el destino. Es conducirlo con audacia y más lucha. Para las izquierdas que están en gobierno, detenerse en sus reformas, es la perdición y, a corto plazo, el resultado será devenir en un fragmento dominado de las élites dominantes, pero ya apaciguado y encorsetado en el horizonte preestablecido por la parte dominante de esas élites dominantes. Es el actual caso de Chile.

Si bien las políticas igualitarias, como el fracaso de las mismas, refuerzan a las extremas derechas, en la primera, el avance igualitario no solo reafirma la base social popular que llevo a la izquierda al gobierno, sino que además mantiene en la izquierda la iniciativa histórica frente a los adversarios. La historia aún no se congela. El golpe de Estado antiigualitario del 2019, en Bolivia, fue derrotado un año después por la movilización y el voto de esas mayorías favorecidas anteriormente. Pero si la izquierda se detiene en las políticas de igualdad material o, peor aún, retrocede, pensando que con ello se contentara a sectores conservadores, no solo habrá perdido el apoyo de su base social; no solo habrá abandonada la iniciativa histórica frente a los adversarios, quedándose a la defensiva; sino que, además, los adversarios no se apaciguaran con la supuesta “tregua”. Olerán la debilidad de la izquierda, y vendrán por ella, para intentar extirparla como sujeto político relevante. Es lo que intentaron la presidenta Dilma.

El tiempo liminal es un tiempo de colapso del tiempo histórico, pero también donde se está ensayando, mediante fracasos, reiteradas frustraciones, victorias y derrotas cortas, el nuevo ciclo de acumulación y legitimación. Es en el fin de un ciclo de acumulación, el ocaso, todavía no el fin. Y en tanto no aparezca un nuevo ciclo, en una o dos décadas más, surgen estos flujos y contra flujos. Hasta que en algún momento el orden se defina por un nuevo ciclo más conservador, más reaccionario, más fascista, menos fascista, más progresista, más igualitario, etc. Pero en tanto el mundo no se defina, las extremas derechas estarán ahí. Y las

izquierdas con posibilidad de gobierno también. A pesar de las victorias cortas y los fracasos temporales.

DM: No se construye hegemonías duraderas...

GL: La hegemonía duradera es el monopolio del horizonte predictivo de una sociedad. Es la posibilidad de darle a la gente una imagen del tiempo, del tiempo social como certidumbre de época, en cuyo interior, es posible ordenar las incertidumbres regulables de la vida cotidiana de las personas, familias y sociedades. Hay tiempo social cuando hay un hacia dónde imaginado del mundo. Hay declive hegemónico cuando ese “hacia dónde” se detiene, cuando el tiempo social queda suspendido, y no hay un horizonte predictivo compartido.

Por ahora, en América Latina y el mundo, ni el progresismo tiene la suficiente fuerza para crear un nuevo tiempo social, ni las extremas derechas están teniendo la fuerza para crear un horizonte materialmente duradero (nuevo ciclo de acumulación expansivo). Lo que tenemos entonces es un revoltijo de neoliberalismo autoritarios (Bukele), paleoliberalismos (Milei), neoliberalismos soberanistas (Trump), neoliberalismo regionalista (UE), soberanismo de libre mercado (China), formas híbridas de proteccionismo y libre mercado (progresismos latinoamericanos), etc., sin que ninguno de ellos logre estabilizarse duraderamente. Y esta incertidumbre va a persistir por un tiempo más.

En este interregno, el continente latinoamericano fue la temprana punta de lanza del tiempo liminal global. Se adelantó. Luego vino la crisis económica del 2008-9, el Brexit, el ascenso de Trump, las guerras comerciales, el repliegue del hiperglobalismo, etc. Pero después de una década y media, el continente que dio la campana inicial del nuevo tiempo liminal con la primera oleada progresista, ahora aparece como un continente temporalmente cansado, que no está teniendo la fuerza de reinventar las condiciones materiales (reformas del sistema productivo y tributario), y las condiciones sociales (sujeto popular modificado por el efecto de las primeras reformas económicas), para persistir con iniciativa en la disputa del horizonte predictivo de la sociedad. Ojalá que ese agotamiento sea solo temporal.

DM: ¿Cómo caracteriza el gobierno de Lucho Arce ahora? ¿Hay una especificidad en relación a los otros progresismos? Porque en su visión los progresismos hoy son más moderados que los de antes. Con excepción, tal vez, del caso de Colombia, porque no había progresismo en Colombia hasta entonces.

GL: Claro, ahí es una excepción, de hecho.

DM: ¿Cuál son las especificidades de la moderación del nuevo ciclo progresista en Bolivia, después del Golpe?

GL: Que no tiene la voluntad política, ni la fuerza social, ni la capacidad técnica para implementar audaces reformas de segunda generación progresista, que permita superar los éxitos, y los límites, de las primeras reformas. Que las primeras reformas hayan funcionado 15 años con una elevada tasa de crecimiento, de bienestar social y movilidad ascendente popular, es ya una victoria. La cosa es que el gobierno siga creyendo que esas reformas, sin cambios, van a seguir funcionando otros 15 años. El resultado es lo que tienes ahora: una crisis económica y un deterioro político que puede llevar a la derrota en las elecciones del 2025.

DM: Creo que por analogía eso tiene alguna relación con lo que hablaste en el programa Desacuerdo sobre las “salidas” de la crisis económica en Argentina. Si Milei soluciona el problema de la inflación, el progresismo tendrá dificultad de volver al gobierno, ¿no?

GL: Sí, esta relación entre economía y política en tiempos de crisis tiene una fórmula. Y la vamos a aplicar también en Estados Unidos. La estabilidad de un gobierno es inversamente proporcional a la tasa de inflación. Eres más estable cuanto más baja la inflación; eres inestable cuanto sube la inflación. El expresidente Fernández se fue con una tasa de inflación del 145 % a doce meses. Milei arrancó con un 25 % de inflación mensual. Ha bajado a 14, luego a 11; creo que ese mes va a llegar a 9, puede llegar a un 5, y por ahí se va a quedare, porque luego necesitas dólares para seguir bajando. Si los consigue, temporalmente, lograra estabilizarse. Ciertamente el costo social es terrible: 55 % de pobreza, despidos y una reprimarización de la economía argentina. La industria va languideciendo en tanto que los sectores exportadores de alimentos y materias primas se consolidan. El horizonte es el regreso a una economía de enclave reprimarizada. Por un lado, una inmensa mayoría de trabajos de servicios precarios y baja productividad. Por otro, una boyante y tecnificada economía de exportación de materia prima. Un anacronismo de los años 90s del siglo pasado, en medio de un tiempo liminal en la que todas las opciones, incluso las más aberrantes, están en disputa.